

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 88ª
(OCTOGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 3 DE OUTUBRO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 84ª Sessão Ordinária;
- Ata da 85ª Sessão Ordinária;
- Ata da 86ª Sessão Ordinária;
- Ata da 23ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 87ª Sessão Ordinária.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	2		

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Esta Presidência dispensa a leitura das atas. Não havendo pedido de retificação e como já são de conhecimento de todos os Deputados, dou por aprovadas as referidas atas.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no artigo 109, § 4º do Regimento Interno, esta Presidência irá suspender a sessão por quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h07min, a sessão é reaberta às 15h09min.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e todas: assessores, assessoras, taquígrafos, Polícia Legislativa, brigadistas, imprensa, enfim, todos.

Sr. Presidente, trazem-me aqui dois assuntos extremamente importantes: um com relação ao limite prudencial – a gente vinha anunciando que o Distrito Federal tinha pressa em votar a aposentadoria, a previdência, porque sabia que, se votasse essa semana agora, teria outra natureza –, mas esse eu deixarei para falar daqui a pouco.

Eu quero agora, neste primeiro momento, Deputado Wasny de Roure, dirigir-me ao Secretário Sérgio Sampaio, da Casa Civil, pessoa pela qual eu tive sempre muito carinho e admiração. Quanto à admiração, agora, vou repensar. Ontem, em uma entrevista, o secretário, mais uma vez – o que tem sido uma prática desse governo –, atacou os servidores públicos do Distrito Federal, mais precisamente a jornada de trabalho dos servidores da saúde e os policiais civis.

Naquilo que diz respeito ao pessoal da saúde, posso dizer com tranquilidade, como o secretário vem de família rica, nunca deve ter botado o pé em um hospital público, certamente. Talvez, por isso, o ataque àqueles que estão lá diuturnamente doando suas vidas, tirando dinheiro do próprio bolso para poder manter o dia a dia dos hospitais públicos. É lamentável a colocação do Secretário Sérgio Sampaio e ficamos extremamente indignados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	3		

Naquilo que diz respeito aos policiais civis, eu quero convidar, meu amigo Geraldo Naves, o secretário, para que ele fique um dia só numa delegacia de polícia, que seja no plantão ou numa investigação. Vamos ver se ele acha, realmente, que uma polícia que não tem efetivo, mas produz, como a nossa, realmente não trabalha.

Quem não trabalha, senhor secretário, é o seu governo. Um governo de incompetentes e preguiçosos, um governo de mentirosos, um governo que não consegue e não tem a capacidade de honrar a própria palavra, um governo que joga com os interesses dos servidores públicos. É o seu governo, secretário, que não consegue dialogar com os servidores públicos e, quando não tem argumento, ataca aqueles que ainda mantêm esta cidade em pé. Atacar os policiais civis! Vamos, secretário, saia um dia só numa campana, vá enfrentar o crime e a criminalidade; vamos ver se o senhor tem coragem. A única coragem que lhe resta, secretário, é a mesma do seu governo: atacar e tirar direitos de trabalhadores, atacar os servidores públicos, atacar os policiais civis ou os policiais militares todas as vezes em que eles agem em defesa da sociedade.

Nunca existiu nesse governo uma única palavra de apoio àqueles que enfrentam o crime todos os dias e que têm como instrumento de trabalho a própria vida.

É lamentável que todos os dias sejamos surpreendidos com ataques de um secretário desse governo. Mas, mais uma vez, eu convido o secretário para que saia do ar condicionado, para que saia da sua mesa impoluta e vá enfrentar o crime. Um dia só numa viatura policial, uma viatura sem condições, sem armamentos ou com armamentos obsoletos. Vamos ver se a coragem do senhor secretário vai além do seu discurso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu quero parabenizá-lo, V.Exa. que é o maior defensor da Polícia Civil, e não é de hoje. Acompanho V.Exa. desde 1º de janeiro de 2011, quando nós tomamos posse aqui como Deputados pela primeira vez. Deputado Wellington Luiz, V.Exa. é o maior defensor da Polícia Civil, e defende porque conhece. É um policial competente e, além de ter atuado como policial, foi presidente de sindicato. Então, nós respeitamos muito o conhecimento que V.Exa. tem.

Eu também conheço o Sérgio Sampaio como funcionário da Câmara. Ele foi diretor-geral da Câmara, eu era diretor do Senado. É um homem extremamente educado. Foi infeliz. Hoje mesmo ele pediu desculpas, se retratou.

A Polícia Civil merece o respeito de todos nós. A Polícia Civil está numa luta. A Polícia Civil tem tido a infelicidade de, nos últimos tempos, ter tido uma defasagem salarial muito grande. O salário da Polícia Civil tem ficado inversamente proporcional

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

à sua competência, à sua dedicação. Hoje mesmo, desvendaram mais um crime que foi o sequestro daquele comerciante da Ceilândia. É uma polícia que não só merece respeito, como merece aplausos.

Eu queria dizer a V.Exa. que essa pequena colocação do Secretário Sérgio Sampaio não pode tisonar a imagem de ser uma pessoa competente, respeitada, até muito diplomata, por sinal. Eu acho que foi um momento de infelicidade. Eu acho que ele não tinha as informações, não deveria ter abordado esse assunto.

Nós estamos nesse processo. Eu sou Líder do Governo, mas sou defensor do reajuste, da igualdade salarial com a Polícia Federal. Sempre fui e sempre defendi não só com palavras, mas com atos também. Nós temos feito esse enfrentamento para que o governo reveja a posição, mande uma mensagem fazendo a igualdade salarial da Polícia Civil com a Polícia Federal. Eu acho que, nesse detalhe, V.Exa. tem razão. Qualquer coisa que atinja a Polícia Civil, V.Exa. vai à garganta de quem quer que seja. E eu parablenzo V.Exa. por isso e o respeito muito.

Mas eu queria também fazer a defesa do Secretário Sérgio Sampaio por conhecê-lo há muito tempo. Foi um momento de infelicidade. Ao mesmo tempo, eu também, Sr. Presidente, vi o secretário se retratar. É muito difícil. Quando você fala muito, a probabilidade de errar ou fazer uma colocação fora de contexto é muito grande.

Portanto, eu queria fazer apenas essa ressalva, Deputado Wellington Luiz, exatamente por conhecer o Secretário da Casa Civil Sérgio Sampaio há uns trinta anos, mais ou menos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado. Agradeço a V.Exa. as palavras. Acho que o secretário realmente foi extremamente infeliz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, essa questão de atacar servidor público é algo que tem sido repetido nesse governo. Eu só lamento ter sido originalmente do Secretário Sérgio Sampaio. Como disse o Deputado Agaciel Maia, ele tem uma larga trajetória em defesa do serviço público, em defesa do próprio servidor. Sobretudo ali, na Câmara dos Deputados, priorizou os quadros da instituição para ocupar inclusive os cargos mais relevantes naquela Casa. É uma pessoa extremamente querida e respeitada em toda a Câmara dos Deputados. É uma pessoa por quem tenho a maior das estimas pela sua trajetória, sempre solícito.

Agora, Deputado Wellington Luiz, esse é o ataque de que, muitas vezes, a Polícia Civil tem sido vítima, os servidores da saúde e de outros segmentos. Eu quero reportar-me a outra categoria que tem sido atacada de maneira absolutamente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	5		

acintosa, desrespeitosa, como a carreira de apoio aos adolescentes em confronto com a lei – alguns chamam de carreira socioeducativa.

Nós precisamos ter claro: nesse último debate que tivemos do PLC nº 122, o governo tentou colocar a sociedade civil contra o servidor. Aquele gesto que o governo fez com relação ao setor empresarial diante do servidor público foi de absoluto constrangimento. Os servidores públicos são carreiras que compõem o Estado. Isso não significa que você não tenha problemas. Você vai ter problemas, mas você tem toda uma disciplina e um regramento para cobrar horário, presença, assiduidade, eficiência, dedicação etc. Portanto, o que nós enfrentamos foi um saque dos próprios recursos do servidor público.

Hoje eu vou até falar sobre isso. Acabou de ser lido para onde o governo está fazendo o remanejamento de 25 milhões de reais: para pagamento em publicidade. A publicidade é um instrumento democrático, importante e aquilo outro, mas também é democrático – e é uma responsabilidade constitucional – o pagamento da previdência, o qual o governo chamou de déficit. Então, outros gastos do governo não são déficits. O mais grave é que se retira isso tanto do servidor – o que é da formação e da qualificação dele – como também da manutenção das redes pluviais. Acontece em muitas cidades hoje, inclusive essa luta, como a que a gente tem feito lá no P Sul. Há dificuldade de o governo concluir as obras de canalização das águas de chuva para aquela população.

Eu estou dizendo isso porque esse debate, nós temos feito na Novacap – Companhia Urbanizadora Nova Capital do Brasil, e eu quero destacar que esse tipo de conduta não cai bem para um governo que pretende se apresentar como defensor da sociedade e dos interesses públicos. Isso tem sido recorrente. Tanto é verdade que o governo assina o decreto vedando novas nomeações posteriormente ao decreto em que ele nomeia, de uma vez só, 69 servidores para cargo comissionado. Nisso está mais do que nítida a barganha política que tem sido feita com os cargos comissionados aqui no Distrito Federal, e isso tem que ser denunciado porque não é atitude de um governo que propôs redução de 50% dos cargos comissionados. Ele os diminuiu 22%, mas isso foi mais do que compensado com o aumento dos valores – como se deu – dos cargos comissionados.

Então, quero aqui me associar à sua indignação. Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Não tenho dúvida de que V.Exa. tem toda a razão; e uma coisa é fato: ele pode ser diplomata, educado de fato, mas se mostrou extremamente desinformado e desrespeitoso do ponto de vista do direcionamento aos policiais civis. Foi lamentável a forma como ele os tratou.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus Pares, quero, nesta tarde, nestas palavras, parabenizar o Deputado Wellington Luiz – e não poderia ser diferente, eu não poderia esperar outra atitude de V.Exa. Nós somos companheiros de corporação, amigos e militamos juntos no Instituto de Criminalística. Logo em seguida, V.Exa. seguiu para o sindicato, foi nosso Presidente com muita competência; e, quando pisam o nosso calo, estamos unidos.

Eu também respeito muito o Secretário Sérgio Sampaio. Também reconheço a história dele, mas, na minha opinião, isso é como aquela brincadeira “siga o líder”. É somente fruto do tratamento que este governo dá à Polícia Civil do Distrito Federal. Se o líder – não o Líder do Governo aqui na Casa, Deputado Agaciel Maia, que, pelo contrário, sempre defende muito a polícia – geral deste governo, o Governador Rodrigo Rollemberg, dá esse tratamento desrespeitoso, massacrante, humilhante à Polícia Civil do Distrito Federal, não reconhecendo aquilo que lhe é devido e, mais do que isso, não trabalhando para que a polícia tenha o mínimo de condição para exercer o seu trabalho, os seus assessores diretos vão seguir no mesmo caminho.

O que o Secretário Sérgio Sampaio fez – e do que se retratou, na verdade – foi reflexo do comandante-geral dele, que é o Governador Rodrigo Rollemberg, que não tem nenhum compromisso com a Polícia Civil do Distrito Federal. Nenhum. Não há um compromisso dele. Até as nomeações que são feitas hoje não são feitas com aumento de efetivo. É um aumento em cima da vacância, Deputado Joe Valle. E aí, quando o secretário vem e fala essa infelicidade, para não dizer uma palavra mais pesada, ele está apenas repercutindo o pensamento do seu chefe. Imaginar que a Polícia Civil do Distrito Federal, hoje, tem alguma benesse, porque trabalha de meio-dia às 19h, é um erro de quem não conhece efetivamente a instituição.

E, diga-se de passagem, daqui a pouco eu vou abordar também no meu pronunciamento: hoje a polícia tem dezenas de operações na rua prestando serviço para a sociedade. É uma polícia que se desdobra com um efetivo de 1993, que rala um absurdo. Você vê policial virando noite, sem tempo para família, sem tempo para se qualificar, e aí você vê o governo – porque ele, como Chefe da Casa Civil, fala em nome do governo – dizer que a Polícia Civil tem um tratamento diferenciado, isso é um absurdo, é uma calúnia do maior tamanho.

Hoje ele vem à mídia se retratar. Nesse ponto, eu tenho que respeitá-lo. Acho que o homem que tem coragem de assumir o seu erro e dizer que se manifestou de forma errada, a gente tem que reconhecer, mas foi um desastre completo a sua afirmação.

A gente tem que olhar uma figura como o Deputado Wellington Luiz, imponente na tribuna, com seu discurso e a sua competência. A gente tem este hábito: olho no olho. É assim que a gente foi forjado. Infelizmente esse é um governo que não olha no olho do servidor público, que não olha no olho da Polícia Civil, porque ele não pode, não tem moral para isso. E aí você vê o chefe da Casa Civil vir à imprensa e dizer: “Olha, a população tem que observar isso.” A população observa, sim, o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

esforço da Polícia Civil, que trabalha com um efetivo de 1993, um efetivo de 24 anos, e observa um governo que não reconhece as lutas históricas e legais, como a paridade, que não se esforça para cumprir o aumento de efetivo de uma lei assinada ainda pela Dilma em 2013.

É este governo na pessoa do secretário da Casa Civil que quer vir à imprensa e pedir para a população observar uma jornada diferenciada da Polícia Civil. Ora, pelo amor de Deus, onde é que nós vivemos? Estão querendo inverter os valores. Aliás, daqui a pouco eu vou comentar isso. É este o método do governo: esconder e desviar o foco para atingir os seus objetivos.

Então, eu quero aqui repudiar de forma veemente qualquer declaração, seja do Sérgio Sampaio, mesmo com todo respeito que tenho por ele, e repudiar a postura deste governo em relação à Polícia Civil. Esse triste episódio só reflete como o Governo do Distrito Federal enxerga a Polícia Civil. E nós, esta Casa sabe do valor da Polícia Civil e não pode, em hipótese nenhuma, se dobrar ou aceitar este tipo de ação.

Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento. Eu não esperava nada diferente. Sabia que V.Exa., como líder do seu bloco, iria puxar este tema. E, quando eu tiver acesso à tribuna, pode ter certeza de que a gente vai comentar também.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Acho que o Deputado Cláudio Abrantes resumiu toda a essência do nosso sentimento, até porque, Deputado, é isso mesmo. Eu acho que o que o secretário fez nada mais foi do que transmitir o sentimento deste governo. Foi isso, exatamente isso. E ele lembra bem quando ele pede para que a população observe. A população está observando, sim. Tanto está observando que a Polícia Civil do DF é uma das mais bem avaliadas deste País pela população. No entanto, o governo é rejeitado por 93% da população.

Então, senhor secretário, a população já observou quem presta e quem não presta. Os números falam por si sós. Quando o secretário ataca a Polícia Civil, ataca a instituição, os policiais e o diretor geral. Porque, quando o diretor teve a coragem de fechar algumas unidades, Deputado Cláudio Abrantes, é porque não tinha mais o que ser feito, porque não tem policiais. E não se faz segurança com fórmula mágica. Magia faz esse governo. Aliás, ele não tira o coelho da cartola, o que ele tira da cartola é outra coisa. É outra coisa que ele tira da cartola.

E é bem claro que se diga que ou esse Governo muda a metodologia de tratar os servidores públicos, ou lamentavelmente o clima vai ser de acirramento até o final do Governo. E os índices só tendem a piorar. Ou será que está todo mundo está errado e somente o seu governo e o seu secretariado estão certos?

Então, alguma coisa precisa ser revista. Mais uma vez, lamentamos que o governo não consiga se dirigir aos servidores públicos com o devido respeito. E o preço costuma ser muito caro, principalmente quando se trata daquele que tem a responsabilidade de cuidar da sua segurança e da segurança da sua família.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	8		

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para fazer seu pronunciamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu quero fazer um pedido. Solicito a V.Exa. que coloque em votação o Projeto de Lei nº 1.723, de 2017, que é um projeto de crédito, que tem mais de cem emendas, as quais são simples remanejamentos feitos pelos Parlamentares. Como nós já estamos no mês de outubro, é importante votarmos o mais rápido possível para que esses remanejamentos surtam efeito.

Portanto, solicito a V.Exa. que coloque o referido projeto como Item nº 1 da pauta da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, o projeto já está na Ordem do Dia. É o Item nº 69 – se não me engano – foi acordado no Colégio de Líderes, na reunião de ontem, para ser o primeiro item de pauta hoje .

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

Outra ponto que quero tratar, e o Deputado Wasny de Roure tocou nele hoje, é sobre um projeto de crédito que foi lido hoje – acho que de 24 milhões –, com objetivo de fazer a destinação para que o governo pague as campanhas publicitárias, que são campanhas importantes, são campanhas esclarecedoras, como foi a do racionamento da água, como é a de combate à dengue.

Diferentemente, Deputado Wasny de Roure, quando a gente faz uma leitura simples sobre esses projetos de créditos, principalmente destinando recursos à mídia, a gente faz como se o governo estivesse fazendo propaganda, mas na realidade esses projetos de créditos eles atendem as campanhas publicitárias de esclarecimento à população.

E é importante dizer também que por trás da mídia existem trabalhadores, jornalistas, impressores *offset*, tem um mercado de trabalho por trás desses projetos. Não é simplesmente porque vem beneficiar o governo. Então, é bom que os colegas Deputados tenha uma noção exata disso.

A destinação de recursos dessa natureza visa exatamente isso: um segmento de trabalhadores. Eu posso falar porque sou mais sofrido nesse sentido, ninguém apanha mais do que eu, mas eu defendo que o governo, sim, tem que mandar esses projetos de crédito, pois existe um segmento de trabalhadores, um segmento econômico por trás, simplesmente, para dizer que o crédito que o governo está mandando é apenas para fazer propaganda para ele.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	9		

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, a minha preocupação não é quanto ao papel e a relevância da mídia em uma sociedade contemporânea. Quanto a isso, V.Exa. está coberto de razão. E não falei com relação a esse trabalho que é feito, principalmente quando se trata de campanhas educativas.

Nem sempre são campanhas educativas, mas não vou entrar nesse mérito. A minha preocupação é de onde está sendo retirado, Deputado Agaciel Maia. Não é de menos importância uma população como a do P Sul, parte considerável dela, que não tem a captação de águas pluviais.

Eu estou chamando a atenção para o papel precípua do Estado: que são as políticas públicas. A outra parte que eles estão cancelando é destinada à formação dos servidores. Agora, não podemos desconhecer que até ontem quem estava dizendo que não tinha nada nos cofres, que era necessário parcelar o salário, era o governo. O Projeto de Lei Complementar nº 122, votado aqui, nem saiu desta Casa e ele já anunciou que não vai ter parcelamento, ou seja, nunca faltou dinheiro para poder pagar.

Só estou querendo esclarecer, porque quem está dizendo isso é o próprio governo, e ele está encaminhando mensagens. Se realmente não houvesse dinheiro para pagar os aposentados, esse seria um bom dinheiro para poder pagar, mas porque ele está transferindo para publicidade? É porque ele tem dinheiro, ele não, o Estado tem dinheiro.

Então, não vamos mistificar até porque nós estamos com algumas empresas superavitárias que, no entanto, são extremamente devedoras ao Estado, eu já falei sobre isso. É bom lembrar que elas paguem e entreguem ao Estado aquilo que cabe a ele receber. Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço o aparte de V.Exa.

Sr. Presidente, nos termos do acordo de Líderes, gostaria apenas de comunicar – apesar da convocação oficial – aos membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que amanhã faremos uma reunião, às 9 horas, para apreciarmos esse crédito. Sr. Presidente, também houve o compromisso do Colégio de Líderes. Peço aos Parlamentares que haja *quorum* à tarde para que possamos votar a matéria nos termos do acordo firmado no Colégio de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, quero fazer uma pergunta. Existe um movimento nesta Casa das esposas dos policiais. Elas já estiveram comigo, com o Deputado Joe Valle e com V.Exa, comigo mais de uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				10	

vez, o Deputado Wellington Luiz também já participou dessas conversas. Foi feito um entendimento com o Secretário José Flávio de que no próximo crédito que fosse votado o recurso para o plano de saúde deles seria resolvido, porque, hoje, os policiais militares e seus familiares, além dos bombeiros militares e de seus familiares, estão sendo atendidos por uma única clínica no Distrito Federal, que é a Maria Auxiliadora, lá no Gama. Se essa clínica fosse como cinco quadras do Gama, ela ainda não daria conta de atender, o que é a prova de que os policiais e seus familiares não estão sendo atendidos. Portanto, indago a V.Exa.: O acordo feito com o Secretário José Flávio está contemplado na votação de amanhã?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Não, não está, mesmo porque houve um entendimento de que o governo mandaria um relatório porque existem alguns problemas na auditoria do plano de saúde – e o Deputado Wasny de Roure presenciou isso – que estão sendo averiguados, para que o governo faça um aditivo ou um suplemento, mas ficou certo que os Parlamentares também se empenhariam em fazer uma destinação de recursos para complementar.

Hoje, por ideia nossa aqui na Câmara Legislativa, os recursos que os Deputados colocam, mesmo as sobras orçamentárias da Câmara Legislativa, estão sendo colocados na reserva de contingência, para que eles não saiam “carimbados”, direto, com o compromisso do governo, quando o governo faz a destinação, para que o Parlamentar não fique com a responsabilidade – que não é dele, nunca foi dele, mas que as pessoas sempre atribuem – pela execução das emendas. Se alguém, numa emenda do Parlamentar, fizer alguma coisa que não esteja de acordo com a normas, isso volta, e as pessoas, com maldade, atribuem ao Parlamentar.

Então, esse foi um mecanismo que a Câmara criou para que as emendas dos Parlamentares fossem colocadas na reserva de contingência. A ideia foi tão aceita, Deputado Wasny de Roure, que o próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal, quando faz a destinação de sobras orçamentárias para o governo, faz para a reserva de contingência e não mais direcionada para qualquer área.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Pois eu quero fazer uma proposta para V.Exa. aqui, ao vivo, já que está sendo transmitido. O governo vai levar para a reserva de contingência, de cada Deputado, 12 milhões, não é isso? De todos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Queria propor a V.Exa. que, de acordo com essa auditoria que está sendo feita pelo governo, e o governo é que vai dizer qual é o recurso necessário, houvesse compromisso de V.Exa., Líder do Governo, e do Secretário José Flávio – que é uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito e que é da mais alta credibilidade aqui para todos nós –, de que, na votação desse crédito que foi protocolado aqui hoje – no dia em que o votarmos –, se resolva definitivamente essa questão do plano de saúde dos policiais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu quero apenas esclarecer, Deputado Chico Vigilante, que para a emenda do Parlamentar, para os recursos destinados à emenda do Parlamentar, ele tem que assinar a destinação. Cada Parlamentar tem que assinar a destinação. Então eu não posso... É justo o pleito de V.Exa., mas eu não tenho o poder de assinar a destinação pelos outros Parlamentares. Eu expliquei isso para as esposas dos policiais: cada Parlamentar tem que fazer a destinação e assinar embaixo, discriminando, inclusive, o valor.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Não sei se V.Exa. se lembra de que, na reunião de Líderes no gabinete do Presidente, quando participaram tanto os representantes do comando como as próprias esposas dos militares, ficou o entendimento de que a Secretária de Planejamento remeteria uma correspondência para dizer o montante da emenda, como também para onde deve ser direcionada. Então, o pedido viria da própria Secretaria de Planejamento, e esse entendimento foi o que o Zé Flávio, inclusive, passou para nós: que a Secretária Leany encaminharia um expediente para os Deputados, para que pudessem canalizar, sob prévia orientação da Secretaria de Planejamento, para fazer frente a esse débito do plano de saúde da Polícia Militar. Foi isso que eu entendi, me desculpe se não são exatamente esses os termos, porque também não recebi nenhuma correspondência até o momento. Mas pelo menos foi isso que eu entendi na reunião.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Tudo bem. Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, apenas quero dizer que o governo, amanhã, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Cláudio Abrantes – o Deputado Wasny de Roure eu já sei que vai estar presente –, apresentará o relatório quadrimestral de gestão, em que há, de maneira detalhada, tudo o que o governo arrecadou e gastou em maio, junho, julho e agosto – são os quatro meses.

Nesse relatório está comprovado que o governo saiu do limite prudencial. Deve ser apresentado um relatório. Depois de tanto tempo, praticamente três anos, o governo sai do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, é uma oportunidade para os Deputados porque vai ser feita uma apresentação pelo Secretário de Fazenda e pela Secretária de Planejamento aqui. Vão ser distribuídos gráficos, inclusive de maneira bem analítica, do que aconteceu, para que os Parlamentares tenham oportunidade de questionar o governo por meio da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Fazenda, para que possam exatamente fazer os questionamentos sobre as políticas públicas e sobre o emprego dos recursos durante esses quatro meses.

Então, às 9h da manhã, reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para deliberar um crédito e, às 10h, audiência que a lei exige, Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

Chico Vigilante, para apresentação do relatório quadrimestral de gestão que o governo traz amanhã para a Câmara Legislativa.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Queria convidar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelos Comunicados de Líderes, pelo bloco Sustentabilidade e Trabalho.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uso da palavra para fazer uma reclamação. Eu não sei se V.Exa. já teve o desprazer – eu digo assim – de lanchar na lanchonete da Câmara, de ir lá comer um lanche. Eu, que sou diabético e que, de vez em quando, tenho necessidade de ir lá porque diabético não pode ficar com fome, quero dizer a V.Exa. que pode ter igual, mas pior do que essa lanchonete da Câmara não existe.

(Manifestação de protesto nas galerias.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – É uma lanchonete que não tem nada, Sr. Presidente. Não tem nada. Você chega ali, e vai pagar, porque aqui ninguém dá nada de graça para ninguém, e a gente chega ali, e ela não tem absolutamente nada para vender.

(Manifestação de protesto nas galerias.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não tem nada para os funcionários desta Casa, absolutamente nada. Estão me mandando trazer um lanchinho. Eu trago, só que há muita gente aqui que não traz, e não é justo que se pague por uma coisa daquela. Portanto eu estou pedindo a V.Exa. que a Mesa tome providências. É inaceitável o que está acontecendo ali com aquela lanchonete.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu quero informar às pessoas que o que o Deputado Chico Vigilante está trazendo aqui é porque está preocupado com vocês que vêm à Câmara e, às vezes, passam o dia inteiro aqui e não têm o que lanchar. Mais grave que isso, Deputado Chico Vigilante, é que essa lanchonete sequer está emitindo nota fiscal.

Então, é muito grave o que V.Exa. traz. O que V.Exa. está trazendo é uma preocupação não com o senhor, porque o senhor, de fato, por ter problema com diabetes, traz o seu lanche de casa, é preocupação com as pessoas que vêm às dependências desta Casa e que, às vezes, precisam lanchar e não têm onde lanchar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				13	

Parabéns pelo senhor se preocupar com essas pessoas. É isso que as pessoas precisam entender.

(Manifestação nas galerias sobre saúde pública.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Esta vai de mal a pior, graças ao governo que a população elegeu, e que nós devemos tirar o mais rápido possível.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os presentes. Volto a um tema que já foi comentado hoje, aqui, que é o PL nº 1.760, de 2017, que trata dessa suplementação orçamentária para publicidade.

Gente, é inadmissível que um governo que reclama o ano todo que não tem dinheiro consiga agora achar orçamento de áreas vitais para transferir para publicidade, para transferir para propaganda.

Eu quero deixar claro aqui alguns tópicos: são 24 milhões que serão remanejados. Desses 24 milhões, 8 irão para utilidade pública, a gente até nem questiona, mas 16 milhões serão gastos com propagandas institucionais. Da Secretaria de Estado de Fazenda, aquela responsável por cuidar dos recursos, estão sendo transferidos 2 milhões e 300 mil para publicidade. Do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, dinheiro fruto de empréstimo, Deputado Wellington Luiz, para fomentar o desenvolvimento econômico do DF, dinheiro que iria para o desenvolvimento econômico, necessário para a geração de emprego, agora vai para a publicidade. E nós estamos falando de 5 milhões. Da NOVACAP — Companhia Urbanizadora Nova Capital do Brasil, dinheiro para águas pluviais, 2 milhões e 400 mil estão sendo remanejados para publicidade.

Então, senhoras e senhores, na hora em que as cascatas se formarem aqui nas tesourinhas da Asa Sul e da Asa Norte, lembrem-se de que está saindo dinheiro das águas pluviais. Na hora em que Vicente Pires se transformar em um rio de lama, lembrem-se de que os governos tiraram dinheiro das águas pluviais para investirem em publicidade.

E da Polícia Militar do Distrito Federal, seja para questão administrativa, seja para manutenção de viaturas, mais ou menos 600 mil estão sendo remanejados. Nós acabamos de falar que as esposas dos policiais militares estão aqui frequentemente atrás de emendas parlamentares a fim de cobrir o plano de saúde da Polícia Militar, que é deficitário. Se quer remanejar recursos da Polícia Militar, remaneje dessa área para o próprio plano de saúde, e aí elas não serão obrigadas a virem aqui, de alguma maneira, até mendigar complemento orçamentário por meio de emenda parlamentar.

Considero um absurdo, Deputado Wellington Luiz, que num momento de crise, num momento em que o Distrito Federal precisa gerar desenvolvimento econômico e gerar emprego, num momento em que as chuvas começam e os bueiros sequer foram

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

desentupidos, o governo remaneje dinheiro de área vital para a publicidade. É inadmissível.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou apresentando nesta tarde, e peço a votação dele, um requerimento de informações de minha parte ao Presidente da Caesb, nosso querido Ludovice. Eu creio que todos nesta Casa acompanharam, e foi citado agora da tribuna, um caso extremo que está acontecendo na Avenida São Francisco, na Vicente Pires, antiga Avenida do Governador, de uma obra de mais de um ano que não conseguem concluir. O estado lá é de calamidade, os moradores estão se mudando, o comércio fechando, tudo por conta de uma adutora da Caesb que precisa ser reformada, rebaixada, para que se conclua essa obra de asfaltamento.

Então, estou fazendo esse requerimento e pedindo uma reunião com o Ludovice, com o Coimbra, da Secretaria de Obras, porque não pode uma obra que já tem um ano e quatro meses, com recursos, com projetos, os moradores ficarem numa situação que está inclusive com repercussão na mídia.

Falei há pouco com o Júlio Menegotto, da Caesb. Ele disse que na semana que vem a obra deve começar na parte que não tem interferência dessa adutora. De qualquer forma, além da reunião que a gente pediu, estou protocolando esse requerimento de informação e gostaria de pedir que ele fosse incluído para votação nesta tarde, para que a Caesb possa se manifestar sobre o que está acontecendo, porque os moradores lá em Vicente Pires, na Colônia Agrícola Samambaia, não podem ficar nessa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Cláudio Abrantes, esse requerimento será lido e encaminhado direto à Mesa Diretora. Ele não é votado em plenário, será encaminhado direto para ser feito projeto de resolução.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também tenho um requerimento que está na Mesa. Trata-se de uma sessão solene que será realizada no Gama em homenagem ao aniversário do Gama. Por isso, aproveito e convido todos os Deputados a estarem lá no dia 9. Eu peço a V.Exa. que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	

seja feita a leitura, e solicito ao Marcelinho para fazer com que ele tramite rápido na Mesa, porque a sessão será no dia 9.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho o requerimento de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvirei o Deputado Raimundo Ribeiro com atenção, S.Exa. tem um pronunciamento brilhante.

Peço permissão, Deputado Wellington Luiz, para falar aos Parlamentares que se encontram em outras dependências da Casa. É importante votarmos o projeto de crédito hoje, principalmente porque ele atende mais aos Deputados que ao governo, e diz respeito ao remanejamento das emendas dos Parlamentares. Nós já estamos em outubro, então temos pouco tempo. É importante que os Parlamentares venham ao plenário para que a gente possa deliberar. Trata-se do item nº 1 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os presentes, venho à tribuna parabenizar o Conselho Federal e o Colégio de Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil pela nota que acabaram de soltar. A nota trata da morte do professor Luiz Carlos Cancellier de Oliveira, que era reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesava contra o reitor a acusação, Deputado Wasny de Roure, de não ter dado seguimento a um processo administrativo da gestão anterior. Essa acusação foi feita ao reitor, por isso ele foi preso. Devidamente filmado, foi espetacularizada a sua prisão. Afastado do convívio da universidade, resolveu se matar porque não suportou a vergonha e o vexame que lhe foram impostos.

Eu acho que é hora de começarmos a refletir. Vejam bem a acusação que pesava contra o reitor, que, não por razão qualquer, é designado de magnífico. O reitor de uma universidade recebe uma designação, um tratamento, o tratamento de magnífico. Vamos à trajetória de vida desse senhor, uma trajetória de vida ilibada, sem qualquer mácula. Toda a sua história foi escrita dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, mas de um dia para outro, de uma hora para outra, Deputado Wasny de Roure, o nome dele foi jogado na lama porque uma delegada da Polícia Federal informou que ele não estava apurando um processo administrativo de uma gestão anterior. Não era nem da dele! Todos nós, aqui nesta Casa, em algum momento, já presenciamos ou já sofremos esse tipo de humilhação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Informaram, não sei se procede, que a juíza teria dito que o ato para dar fim à própria vida foi uma forma de atestar que ele era responsável.

Eu quero me associar às palavras de V.Exa., Deputado Raimundo Ribeiro. Hoje eu recebi um amigo que é advogado militante, indignado. É um gaúcho, o Cláudio. Por acaso eu havia lido na *Folha de S. Paulo* essa matéria, e me senti extremamente indignado. Quero propor, Deputado Wellington Luiz, que esta Casa levante uma moção de repúdio ao tratamento dado ao reitor, e creio que essa é a voz que podemos manifestar. Nós representamos uma simples instituição nesse panorama.

Estamos vivendo um quadro de elementar perda de respeito às autoridades e às pessoas que exercem funções públicas, que dedicam suas vidas a isso. Acho que nós estamos perdendo o senso da razoabilidade, o necessário equilíbrio das palavras antes de agredir, de tentar desconstituir a história de alguém. Realmente quero parabenizá-lo, prestar absoluta solidariedade. Pelo menos da minha parte, se tiver que votar ou assinar qualquer documento, quero que conte comigo.

Parabenizo V.Exa. pela atitude de trazer esse tema, um tema nacional, mas extremamente relevante neste momento que o País vive. Não caímos naquilo que é o desrespeito à pessoa humana. Isso é o mais importante para todos nós.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço, Deputado Wasny de Roure. Incorporo inclusive a proposta de uma moção de apoio, e até solicito à assessoria que providencie isso.

Mas ainda no relato, vejam bem, o reitor, acusado de não ter dado seguimento a um processo administrativo, foi preso, impedido de ingressar no seu local de trabalho. Ficou sem roupa e se submeteu a todo aquele tratamento degradante que muitas vezes é imposto às pessoas. Ele não suportou a vergonha.

Tomo conhecimento agora pelo Deputado Wasny de Roure de que a juíza que fez isso, que deu essa decisão, declara que o ato de suicídio seria uma confissão de culpa. Olha, assim é muito difícil. Quando a juíza dá uma declaração dessa, eu sinto saudades do Stanislaw Ponte Preta, que cansou de escrever o FEBEAPÁ – Festival de Besteira que Assola o País. Estou dizendo claramente, não tenho nenhum problema de dizer que juiz também fala besteiras. Fala e, às vezes, fala nos autos, porque esta mesma juíza é a que se afastou no dia seguinte à morte desse reitor da universidade.

Agora, o que me preocupa é que a coisa não saiu conforme foi combinada. Ou seja, o que vemos hoje é um desrespeito total à trajetória de vida das pessoas, é jogar na lama a reputação das pessoas e deixar que, depois, com o tempo, as pessoas se livrem dos problemas. É isso que vemos a todo momento. Olhem, não pensem que não guarda qualquer semelhança com ações draconianas que aconteceram no Distrito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	17		

Federal. Guarda, sim, e, em breve, isso também será revelado, porque está chegando o tempo de Sólon, não é mais de Drácon, e eles sabem do que estamos falando.

Aí eu pergunto aos senhores quem é que vai ser responsabilizado pela morte desse reitor? Quem? Quem vai responder por isso? A juíza? O promotor? O delegado? O cagete que disse que era inimigo do reitor e foi lá e contou essa história? Ainda assim, supondo que fosse verdade, levar ao cárcere uma pessoa sob a acusação que ela não estava dando seguimento a um processo administrativo? Aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, realmente nós chegamos ao absurdo. Seria terrível. Não há palavras para descrever uma situação como essa.

Mas o que me preocupa é o silêncio de alguns, porque – veja só, pessoal – não saiu uma manchete que fosse falando do suicídio desse reitor. O que saiu foi uma nota de rodapé, talvez por drama de consciência, Deputado Wasny de Roure, porque nós temos algumas células cancerígenas nos veículos de comunicação que fazem a espetacularização e ganham com ela. Nós temos também células cancerígenas nos órgãos de controle social. Na Polícia Federal, há células cancerígenas. Há também no Ministério Público, há também no Judiciário, como há em todo o tecido social. Mas, agora, a brincadeira não terminou como eles imaginavam: que o sujeito ia simplesmente se recolher, Sr. Presidente, e acabar com sua vida e pronto. Não, ele fugiu do *script*, ele se matou e, quando ele se matou, ele jogou a responsabilidade para quem o colocou naquela situação.

Eu espero que esse episódio seja único na história deste País. Eu espero que não seja necessário se produzirem mais cadáveres. Faltava um cadáver, agora há. Eu espero que não seja necessário se produzirem mais cadáveres para que as pessoas consigam não apenas perceber, mas, acima de tudo, combater aqueles que, usando a farda do Estado, cometem crimes a pretexto de combatê-los.

Então, eu quero agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade que nos deu. Eu até disse que teria que sair, pois eu tenho uma audiência judicial agora. Agradeço a gentileza de ter me permitido falar neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somente comunicar a V.Exa. que já temos 13 Deputados, o suficiente para votarmos o projeto de crédito depois de encerrados os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – OK, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Leite, não poderia, hoje, nesta tarde, deixar de repercutir a nota dos meus colegas Parlamentares da Frente Evangélica desta Casa que critica uma portaria da Secretaria de Cultura que cria políticas de incentivo à cultura LGBT aqui no Distrito Federal.

Achei uma nota muito dura, muito pesada, porque esta Casa tem o papel de defender as minorias. E a comunidade LGBT, não só aqui em Brasília, mas no Brasil inteiro, recebe todo tipo de preconceito, todo tipo de criminalização, todo tipo de homofobia e é vítima, em função disso, de muita violência.

Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, já indo para o terceiro ano aqui nesta Casa. Foram vários gays e lésbicas que vieram aqui relatar o preconceito, o abuso, a forma como foram tratados em diversos locais.

Só para vocês terem uma ideia, Deputado Delmasso – eu que tenho um grande respeito por V.Exa. –, na quinta-feira da semana passada, uma mãe e uma filha estavam saindo abraçadas do cinema, e um maluco fundamentalista – não sei se religioso ou político, mas um fundamentalista –, preconceituoso, partiu para cima da mãe e filha chamando-as de safadas, de piranhas, de lésbicas. Inclusive, foram parar todos na delegacia.

Isso, na minha avaliação, esse tipo de coisa – e a nossa sociedade hoje está muito intolerante, muito violenta – é em função de ficarmos nos preocupando com a vida alheia, ficarmos nos preocupando com a identidade de gênero, se a pessoa é homem ou é mulher ou é homossexual. Todos nós somos seres humanos. E, nesta Casa, temos que tratar todos os seres humanos como humanos. Não importa se a pessoa é homossexual.

Eu estou vendo agora toda essa movimentação no sentido de dizer que não tem que existir política pública para essa comunidade. Claro que tem que ter! Eles são vítimas de violência, são vítimas de preconceito, são discriminados no seu local de trabalho, muitas vezes nem arrumam emprego. Alguns, inclusive, têm que se prostituir para sustentar suas famílias. E aí vem a Câmara, vêm aqui os nossos colegas dizer que não tem que ter política pública para esse segmento? Ora, é claro que tem de ter! Infelizmente, tem que ter, porque a gente vive em uma sociedade preconceituosa, e é preciso parar com esse fundamentalismo. A gente precisa respeitar todo mundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				19	

Então, venho aqui, nesta tarde, aproveitando esse espaço, que é da Liderança do Partido dos Trabalhadores, para pedir à frente parlamentar evangélica que deixe a comunidade LGBT em paz! Deixe as pessoas viverem da forma que elas querem, da forma por que elas optaram por viver. Nós não temos que estar aqui acirrando as coisas, não temos que estar aqui criando mais conflitos. A gente tem que estar aqui procurando trazer a paz. Este mundo está precisando é de paz e de amor, não de ódio, de homofobia e de preconceito.

Eu queria pedir à bancada evangélica que não entrasse com o PDL para revogar essa portaria, que, na minha avaliação, é muito boa, e também não convocasse o Secretário de Cultura por conta disso. Já chegou a informação de que alguns Deputados aqui vão convocá-lo para explicar essa portaria.

Sendo assim, eu queria pedir aos Deputados desta Casa que a gente respeitasse as diferenças, respeitasse os direitos que as pessoas têm, que cada um tem de ser feliz da forma que bem queira.

Fica aqui o meu lamento, o meu repúdio, e peço, mais uma vez, que os Deputados recuem dessa posição, que, na minha avaliação, não tem outra explicação a não ser de uma questão extremamente homofóbica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

Vou pedir à galeria que se contenha ou pedirei o seu esvaziamento imediatamente. Aqui é a Casa do povo, não da mãe Joana. Se não houver respeito, os senhores serão retirados. Quero chamar a segurança imediatamente para que se coloque a postos! Chamo a segurança para se colocar a postos. Se não for garantida a palavra aos Deputados, a galeria será esvaziada. O Presidente Deputado Joe Valle irá até aí conversar com vocês. Tem que haver respeito! O direito de vocês está sendo defendido aqui por vários Deputados, como o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Cláudio Abrantes, mas tem que haver respeito a todas as posições. Na hora de vaiar, vaiem, mas permitam que os Deputados falem!

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Par abreve comunicação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, meus pares, imprensa, galeria, quero fazer uma saudação à galeria. Sejam bem-vindos! Obviamente, sempre com respeito, para que a gente possa garantir também aqui a explanação de todos. (Palmas.).

Sr. Presidente, venho à tribuna mais uma vez, nesta tarde, para falar do PLC nº 122, que votamos há exatamente uma semana, aqui na Câmara Legislativa. No dia 26 de setembro, estávamos todos aqui, em uma sessão desgastante não só

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

fisicamente, mas mentalmente e politicamente. Vínhamos de uma discussão muito forte, eu de um lado e vários Deputados do outro. Nós nos ombreamos e votamos contra o PLC nº 122. A tese do governo, pelo menos momentaneamente, foi vencedora, visto que ainda estamos questionando na Justiça o quórum.

Naquele dia, poucos dias depois de o Governador Rodrigo Rollemberg ir aos grandes veículos de comunicação do Distrito Federal dizer que não havia dinheiro, não havia recurso, que o Distrito Federal vivia a pior crise financeira de sua história e, se não fosse aprovado o PLC 122, teria de parcelar os salários... Esse era o discurso daquele final de semana, por parte do Governador Rodrigo Rollemberg.

Dia 26, estávamos nós aqui, os Deputados, quase se digladiando, com teses regimentais, com teses políticas, apurando números, falando de Tribunal de Contas, falando de Secretaria da Previdência, debatendo com a galeria, com os servidores. E onde estava, caro Presidente, o Governador do Distrito Federal? O que estava fazendo o Governador Rodrigo Rollemberg? Eu digo! Dia 26 de setembro, quando estávamos aqui, o Governador Rodrigo Rollemberg estava assinando o decreto do relatório de gestão fiscal, que dizia que, pela primeira vez, ele estava saindo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, caro Deputado Ricardo Vale. O Governo omitiu a informação e mentiu para esta Casa e para a população.

Eu ainda escuto secretários de governo, ao final da votação, dizerem em alto e bom som, Deputado Wellington Luiz: “Talvez, agora, a gente saia do limite prudencial.” E, naquele momento, todos lá já sabiam que o Governo do Distrito Federal estava fora do limite prudencial. Ou seja, esta Casa, na minha opinião – e não devo nada a ninguém; estou no exercício do meu mandato, que me foi dado pela população do Distrito Federal – foi enganada.

Se este Governo fosse transparente, teria pelo menos a hombridade de chegar para os Deputados da Base e dizer: “Olha, nós saímos da Lei de Responsabilidade Fiscal.” Mas eu não creio, não vi nenhum Deputado da Base ser informado desse decreto. Não vi! Eu não vi ninguém da imprensa, de nenhum veículo de comunicação, ser informado de que, na terça-feira, o Distrito Federal já sabia que não estava mais no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nenhum veículo! Não vi ninguém dos servidores públicos ser informado, naquela terça-feira, Deputado Wellington Luiz, de que o Distrito Federal não estava mais na Lei de Responsabilidade Fiscal. Não vi! O Governo omitiu essa informação.

Quando foi que ele deixou essa informação clara? Em uma sexta-feira à tarde, no último dia legal para ser publicado o decreto do relatório, em uma edição extra do Diário Oficial. Foi essa a ação que o Governo fez.

Eu não posso me calar, eu não posso fazer de conta de que nesta Casa foi feito desse jeito. Eu não consigo aceitar que pares meus, mesmo a gente perdendo na votação, defenderam com convicção que a votação do Iprev – Instituto de Previdência dos Servidores seria o melhor, às custas inclusive de desgastes pessoais e políticos,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

não tivessem sido sequer informados naquele momento de que o Distrito Federal vivia, e vive o seu melhor momento financeiro nessa gestão. Nesses quase 3 anos, o governo não saiu do limite prudencial. Sai justamente na semana da votação do Iprev. Qual era o discurso das semanas anteriores? "Vamos parcelar salários." Ora, parcelar salários depois de sair do limite prudencial? Parcelar salários quando o Distrito Federal baixa em quase três pontos percentuais o limite? Nós não estamos falando de uma saída leve, não, Deputado Wellington Luiz, nós estamos falando de uma queda de quase três pontos percentuais.

Mesmo que venha a tese: "Ah, foi uma bolha de arrecadação, foi porque recebemos isso ou aquilo". Ora, a Base, a Câmara, a população tinha de ser informada naquele momento, enquanto votávamos aqui, a duras penas, num debate ferrenho de horas. O governo tinha de ter tido a transparência, um princípio da vida pública, de dizer a esta Casa e para a população que o Distrito Federal não estava mais no limite prudencial. De que vivia, e vive – infelizmente, Deputado Wasny de Roure, não posso conceder aparte, porque estou no Comunicados de Parlamentares, mas sei que V.Exa. vai se manifestar –, sem os recursos do Iprev o seu melhor momento financeiro. Isso é fato. E como nós dizemos no Direito, caro Deputado Chico Leite: contra os fatos não há argumentos. Então, eu não poderia me calar em vir aqui.

Aí, vêm as surpresas – perdoe-me eu me estender, Sr. Presidente –, Deputado Wasny de Roure. O governo que baixou para 44,71 os seus gastos; portanto, muito distante do limite prudencial, faz o seguinte: "Vamos bloquear cargos, vamos bloquear novas nomeações, vamos bloquear cargos comissionados.". E o que sai no Diário Oficial de ontem sobre esses bloqueios? Alguém sabe? Sai um decreto liberando quarenta cargos para o Iprev. Olhem só a incoerência. Eu saio do limite prudencial, mas com o discurso de que estou em uma grave crise financeira, para forçar a aprovação do Iprev; depois, eu bloqueio os cargos comissionados, bloqueio nomeações, digo que sou austero e que não gasto, mesmo fora do limite prudencial. Mas, ontem, quarenta cargos para o Iprev. Para quê? Para arrecadar, na sua sanha arrecadatória.

Sr. Presidente, para concluir e me recompondo, porque essa é uma coisa que eu não consigo aceitar, Deputado Wasny de Roure. Eu não consigo aceitar ser enganado, eu não consigo aceitar a omissão de informações, segurar as informações para se obter um êxito, porque foi isso o que o governo fez. Eu não consigo aceitar colegas desta Casa se desgastando perante a população e perante os servidores públicos com o governo sabendo que saiu do limite prudencial sem informar nada para ninguém, e publicar. Ora, pelo amor de Deus. Esta Casa precisa botar respeito, precisa se impor, aqui não é puxadinho do Buriti, não. Portanto, nós temos de dar uma resposta, sim. Não se pode sonegar informações para a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

E o que foi feito na última terça-feira com esta Casa foi uma atrocidade. Eu não consigo aceitar isso. Respeito as posições em contrário, mas a minha posição

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

sempre vai ser pela transparência. E o Governo do Distrito Federal, na figura do Governador Rodrigo Rollemberg, não poderia jamais ter sonegado essa informação da Câmara Legislativa e da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Parabéns pelo pronunciamento. Daqui a pouco, eu também farei o mesmo com relação a essa matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou informado que o Governador já teria sancionado o PLC nº 122, que deve ser publicado amanhã. Entretanto, não me consta que a redação final tenha sido feita e publicada. Eu não sei se isso é possível. Às vezes, a informação não é correta, Sr. Presidente. Eu gostaria de ter esclarecimento por parte da Mesa. É possível o Governador sancionar uma lei sem ser publicada a redação final pela Casa?

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, vai ser publicada amanhã. Eu assinei hoje pela manhã aqui a redação final e vai ser publicada no Diário amanhã, como é o normal. A lei será publicada amanhã no DODF, no Diário Oficial.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Mas normalmente eles recebem a publicação, eles recebem da Casa o ofício da publicação.

DEPUTADO JOE VALLE – Claro. Foi um autógrafo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Então, eu imagino que deva ser no dia seguinte.

DEPUTADO JOE VALLE – É verdade. Eu também. O autógrafo foi feito hoje. Aliás, foi feito hoje e encaminhado ao Governador, como é o normal. Nós temos até duas sessões para fazer isso. Seria a quarta-feira e a quinta-feira. Nós encaminhamos hoje. Normal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu sei, Deputado Joe Valle. Eu não estou colocando em dúvida. O que eu estou estarecido é que vai sair no Diário Oficial do Distrito Federal no mesmo dia em que foi publicado aqui?

DEPUTADO JOE VALLE – Sim. Sim.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Isso para mim é novidade. É até um negócio estranho. Vai se publicar no mesmo dia aquilo que você tem que ler para poder publicar

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				23	

lá? Isso, na minha cabeça, não processa, não! Mas naturalmente existe a parte normativa da Casa que deve ter alguma explicação.

DEPUTADO JOE VALLE – Deputado Wasny de Roure, uma é a competência desta Casa, a outra é a competência do GDF. O que é competência desta Casa nós estamos fazendo dentro da normalidade, dentro do processo. Tudo o que é da competência da Casa nós estamos fazendo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu sei. Eu só não estou entendendo como se publica uma coisa simultaneamente que depende da leitura para ser publicado. Estou sem entender. É mais uma coisa sem entender.

DEPUTADO JOE VALLE – A redação foi aprovada em plenário, Deputado Wasny de Roure, no requerimento da dispensa da redação final. Foi feito um requerimento do Deputado Delmasso e foi aprovado em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Wasny de Roure, a redação final, com requerimento de autoria do Deputado Delmasso, foi aprovada. Agora nós vamos ficar de olho, atentos. Caso haja alguma incoerência, alguma irregularidade, ilegalidade, nós adotaremos as devidas providências. Eu me irmanarei a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar de dois aspectos. Primeiro, o Executivo só pode publicar quando receber o ofício com a redação final. E recebeu. Essa questão de se publicar aqui na Casa pode ser publicado inclusive como suplemento, daqui a duas horas, se quiser. Outra coisa, nós já aprovamos matérias aqui lidas e aprovadas no mesmo dia e, no outro dia, estavam publicadas. Inclusive, Deputado Wasny de Roure, na gestão de V.Exa. e eu fui o relator. Então, a questão da aprovação, de burocratizar ou não a publicação sob os aspectos políticos da matéria, tudo bem. Mas, sobre o aspecto formal, o Presidente Deputado Joe Valle tem toda razão. Tem mais. Foi a redação final que mais demorou. Demorou uma semana. Normalmente vai no dia seguinte. Passou uma semana aqui para se preparar a redação final. Inclusive, eu fiz até essa cobrança nos Comunicados de Líderes.

Outra questão, Sr. Presidente, é o seguinte: aqui em Brasília é bem atípico mesmo porque, enquanto todos os estados, inclusive, com pronunciamento dentro do Congresso Nacional, querem saber como o Governador Rodrigo Rollemberg conseguiu pegar um limite de 50,81% de gastos com pessoal dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal... Todos querem saber – querem aplaudir – como o governador saiu. E aqui nós estamos questionando que é um absurdo ele ter saído. São feitas essas colocações aqui enquanto o Brasil todo aplaude.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

Outra coisa sobre a publicação do IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal: vários setores que são necessários ao funcionamento e ao desenvolvimento do Distrito Federal gostaram da aprovação. Então, não pode o Deputado Agaciel Maia ou qualquer Deputado julgar que a população está contra. Isso não é verdade. Eu andei em vários lugares e o pessoal dizia: "Não, é necessário; esse dinheiro, em vez de ficar estocado, vai ser um dinheiro que vai pagar..."

Outra desinformação colocada é que esse dinheiro é para pagar aposentado e pensionista. Só isso exclusivamente. Há sempre uma distorção. Então, eu queria só que reparassem nisto: enquanto o Brasil todo elogia o fato – e quer saber como – de o governo pegar um limite de mais de 50% de gastos com pessoal e colocá-lo fora do limite de responsabilidade fiscal, nós o estamos questionando. Devíamos estar aplaudindo, porque reduziram-se despesas, sistematizou-se o governo. Não é natural.

Outra coisa: só com o tempo nós vamos saber se essa avaliação da aprovação do Iprev criou malefícios ou não, porque eu acho que o servidor não queria ter o pagamento parcelado. Nós Deputados já tínhamos recebido dia 20. Então, se o do Deputado saísse dia 5 ou dia 15, à gente não interessava. Afinal de contas, os Deputados já tinham recebido dia 20. Foi justa a aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, este Brasil que está aplaudindo, se ele quiser saber como é, é fácil. É só aumentar os impostos, sacrificar os servidores públicos e ter 95% de rejeição da população. Essa é a fórmula.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

A seguir, falará o Deputado Cláudio Abrantes. Depois vou ter que encerrar para que a palavra seja passada ao Deputado Delmasso. Em seguida, eu vou convocar os Deputados para que a gente possa iniciar a Ordem do Dia e a votação.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente, só desejo sanar qualquer dúvida em relação à redação final do Projeto de Lei Complementar nº 122 e ser justo com as pessoas.

Até entendo o questionamento do Deputado Wasny de Roure sobre a redação final, mas a gente prometeu, primeiro, que a CCJ jamais criaria óbices impeditivos ou faria qualquer barganha em relação ao governo e que honraríamos os prazos regimentais.

Os meninos da CCJ, competentes que são, ainda tentaram fazer isso semana passada, mas não chegaram à Comissão as notas taquigráficas nem as folhas de votação, e eles não podiam fazer uma redação final baseada em suposições ou no que ouviram falar. Temos que fazer tudo de forma muito bem documentada para não incorrerem em erros, mas até incorremos em um, tanto é que, quando saiu a primeira redação, antes, é claro, de ser publicada... Aí mérito para o José Flávio, que identificou

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

que o inciso III do art. 46, aquele que tratava dos famigerados 10%, pelos quais o governo queria se apropriar do bolo do fundo, constava da redação final. O José Flávio nos alertou, agradecemos a ele, e a CCJ foi acionada.

Assim, só saiu hoje a redação final porque só hoje chegou a documentação necessária para se fazer uma coisa muito corretinha e muito bonitinha, tal a importância desse projeto.

Então, agradeço aos servidores da Casa que cuidam da redação final lá na CCJ, à nossa secretária Denise e, acima de tudo, à equipe do governo que contribuiu para que a redação final saísse a contento, dentro da legalidade e do que é necessário.

Então, o que foi publicado é realmente o que foi feito lá na redação final. Só são esses detalhes para não ficar qualquer dúvida em relação a essa questão toda.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Lembro que a redação final foi encaminhada no dia 27 de setembro de 2017 à CCJ para a elaboração da redação final, ou seja, tudo conforme disse o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. Depois, falará o Deputado Delmasso.

Na verdade, a palavra é para o Deputado Cláudio Abrantes. V.Exa. e o Deputado Prof. Reginaldo Veras se parecem.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – É uma honra parecer com o Deputado Prof. Reginaldo Veras, não fisicamente, obviamente, não é? (Risos.)

Sr. Presidente, apenas para deixar claro, posicionamentos políticos à parte, de defesa, de ser base, de ser oposição, há coisas que não estão esclarecidas sobre esta questão do decreto do relatório de gestão fiscal. Não estão esclarecidas! Primeiramente, volto a dizer: por que, nas semanas que antecederam o PL, falou-se tanto dessa crise e dessa dificuldade? Permanece essa interrogação. Por que isso não foi trazido à tona no dia da votação ou antes? Ou por que o governo, que já sabia, no final de semana, foi dar uma entrevista e dizer que estava ferrado financeiramente, quando não estava? Obviamente o relatório demonstra isso.

Segundo, por que falar do Iprev: “Ah, o Iprev precisa, os setores do Iprev precisam”. Ele precisa como precisa a Polícia Civil, como precisa a saúde para nomear, como precisa a educação. Então, essa é uma coisa questionável. Lógico que está no poder discricionário do governo, e ele, pelo visto, prefere nomear para o órgão que vai lhe dar recursos para pagar (entre aspas) “o rombo da aposentadoria”, que ele disse que era um rombo, e vai lhe dar folga financeira para fazer outras coisas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

Por fim, eu realmente... Se o Brasil aplaude, eu desconheço a Brasília que aplaude! Eu desconheço, porque o que a gente tem ouvido e visto sobre o governo são vaias e muitas vaias. E, neste caso específico, realmente vai continuar assim.

Então, eu só lamento que esse seja um governo que não tem transparência, que não é correto, porque ele fez uma argumentação em cima da crise financeira, uma crise que ele já não vivia, como demonstrado no relatório de gestão fiscal.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Os números falam por si sós: 95% de rejeição.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho aqui falar hoje sobre três assuntos. O primeiro é justamente sobre a publicação do relatório quadrimestral, que foi feito pelo Governo do Distrito Federal, o qual demonstrou não uma redução de despesas, até porque reduzir despesa de pessoal só demitindo, mas demonstrou um enxugamento do custeio da máquina pública do Distrito Federal, saindo de 47% para 44%.

Eu gostaria de lembrar a todos os Deputados que o relatório quadrimestral é um relatório que reflete o passado. Ele não reflete o presente nem o futuro. O relatório quadrimestral, como muito bem diz, se remete aos quatro meses anteriores. Quando o governo diz que estava sem recursos para pagar os salários, ele estava dizendo que estava faltando recursos no presente e não no passado. Os salários do passado já foram pagos e o relatório quadrimestral, nada mais nada menos, é a demonstração de que no passado foram feitos ajustes necessários para que o governo pudesse sair da Lei de Responsabilidade Fiscal. Obviamente, quando estávamos fazendo a discussão e quando o governo foi à imprensa dizer aquilo, ele estava dizendo do presente e não do passado. O relatório quadrimestral, como eu disse, reflete o passado e não o presente.

O segundo assunto que eu quero trazer aqui é que hoje nós apresentamos alguns projetos importantes relacionados à defesa da pessoa com deficiência. Nós apresentamos um projeto, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. foi subscritor junto comigo, que obriga o Poder Executivo a nomear, a aplicar a cota da pessoa com deficiência também nos cargos em comissão. Também nós apresentamos outro projeto de lei que institui a política pública de atenção à saúde das pessoas com deficiência auditiva usuárias da Língua Brasileira de Sinais.

Apresentamos ainda um projeto de resolução – eu acredito que esta Casa pode dar o exemplo, Deputado Ricardo Vale, V.Exa. que é o Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar – que cria a Procuradoria Especial de Defesa da Pessoa com Deficiência. O Distrito Federal tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

uma das entidades mais engajadas, que é muito estruturada na questão da pessoa com deficiência, que é o ICEP – Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil. Acho que todos aqui o conhecem, e o Deputado Wasny de Roure o conhece muito bem. É uma entidade que atende a pessoa com deficiência lá no SIA.

Deputado Cristiano Araújo, as pessoas com deficiência no Distrito Federal sofrem hoje, principalmente, com a parte da mobilidade, porque nossa cidade, que é uma cidade plana, não tem calçadas com adequações, calçadas niveladas para que uma pessoa que tenha deficiência motora consiga transitar, ou até mais, aquela que tenha deficiência visual consiga caminhar na nossa cidade porque as nossas calçadas não têm o piso tátil, que é lei, que foi colocado como lei federal, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Acredito que a criação da Procuradoria Especial da Pessoa com Deficiência vai trazer, Deputado Wasny de Roure, esse debate tão importante a esta Casa, principalmente para a execução desses direitos que já foram garantidos por lei, diversas leis, inclusive aprovadas nesta Casa – e aqui quero parabenizar o Deputado Robério Negreiros, autor de diversas leis relacionadas à pessoa com deficiência, e me somo a S.Exa. e aos demais Deputados nesta causa para defender o direito, a execução do direito das pessoas com deficiência.

E o terceiro assunto foi o assunto que o Deputado Ricardo Vale trouxe aqui, relacionado à Portaria nº 277, de 2017, elaborada pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal. Essa portaria diz que promove a cultura, é uma política pública de promoção e difusão da cultura LGBT. Quero deixar claro que nenhum membro da bancada evangélica é discriminatório. O que nós defendemos é que não exista discriminação para seu ninguém, que não exista discriminação para nenhum tipo de cidadão, independentemente do seu credo, independentemente da sua raça, independentemente da sua cor, ou da sua opção sexual.

Eu gostaria de pedir vênia ao Deputado Ricardo Vale, porque, a partir do momento em que você cria uma política pública que promove uma escolha sexual, você está segregando aqueles que fizeram essa política; você está segregando outros que não tiveram a mesma escolha que eles.

Eu concordo com o Deputado Ricardo Vale: nós não podemos aceitar que pessoas que sejam – como S.Exa. falou – fundamentalistas e agridam por causa de opiniões, ou por causa de escolhas. Isso é um absurdo. Para mim, Deputado Ricardo Vale, quem fez isso tem que ir para a cadeia, porque isso é crime. Ninguém pode ser discriminado pela sua opção, mas eu não posso também aceitar que um grupo de pessoas venha a ser favorecido somente por causa da sua opção.

Aqui eu quero pedir ao Secretário de Estado de Cultura do Distrito Federal que possa revogar essa portaria, mas criar – e aí, Deputado Ricardo Vale, eu acredito que nós podemos nos somar a esse debate, porque esse debate é um debate maduro e de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	28		

alto nível – uma política pública de difusão de combate à discriminação, de combate à intolerância, mas a intolerância de todos os níveis: a intolerância religiosa, a intolerância racial, a intolerância por opção sexual, e não somente para um segmento da sociedade, mas para que toda a nossa sociedade possa ser mais tolerante, sem discriminação.

Por isso, a Frente Parlamentar Evangélica se posicionou, porque nós acreditamos que todos temos direitos a políticas públicas que possam incluir todos. E, além do mais, acreditamos que ninguém deve ser discriminado por causa das suas opções.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Gostaria de chamar a Deputada Celina Leão para fazer uso da palavra. Após S.Exa., farei meu pronunciamento.

Esta Presidência convida os Deputados que estão em seus gabinetes para que venham ao Plenário para iniciarmos a votação.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero parabenizar a Deputada Telma Rufino, porque já está na campanha do nosso Outubro Rosa, homenageando as mulheres, vestida de rosa. Eu gostaria que todos os Deputados hoje estivessem pelo menos com uma gravata cor de rosa, para homenagearmos. Olhem lá, o Deputado Ricardo Vale está e o Deputado Cristiano Araújo também.

Eu quero iniciar esse nosso discurso de hoje parabenizando primeiro a Casa, a instituição, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Joe Valle – não sei se ele se encontra no plenário – pela grande campanha que esta Casa tem feito na questão do combate à violência contra a mulher. Eu acho que uma forma de esta Casa homenagear as mulheres é trabalhar efetivamente, seja nessa campanha maciça do combate à violência doméstica, seja em momentos como esse do Outubro Rosa, em que a Casa está com a cor rosa na sua área externa. Temos vários projetos aprovados nesse sentido, inclusive, Deputado Chico Leite, um projeto de minha autoria, que obriga a fixação de cartazes para as mulheres que foram mastectomizadas, para que elas possam buscar a cirurgia reparadora de graça. A Procuradoria também realizará vários eventos. Então, quero convidar todos os Parlamentares e as Deputadas desta Casa também, temos uma vasta atividade.

E quero fazer um pedido ao Presidente da Casa e à Mesa Diretora: apresentamos um Projeto de Resolução que está tramitando e que realmente vai definir novamente o Parlamento Feminino, que vai acontecer no ano que vem. Gostaríamos que a Mesa Diretora, na próxima reunião, colocasse esse projeto para ser votado. Deputado Wellington Luiz, já deixamos registrado esse pedido. Entendemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

que isso vai institucionalizar a política pública da mulher nesta Casa e, independentemente de a Deputada Celina Leão e a Deputada Telma Rufino estarem aqui, o Parlamento Feminino vai acontecer todos os anos.

Sr. Presidente, eu não posso deixar de falar, eu peguei um pedaço da fala do Deputado Delmasso. Deputado Delmasso, queria pegar um gancho da fala de V.Exa. e fazer uma reflexão, talvez nem seja uma reflexão, Deputado Delmasso, talvez seja uma confissão. Deputado Wellington Luiz, eu ajudei muito o Governador Rollemberg no primeiro turno, eu fui a única Deputada eleita que trabalhou para o Governador Rodrigo Rollemberg no primeiro turno. No segundo turno, vieram outros Deputados que já tinham sido eleitos e outros que já estavam aqui nesta Casa. Eu ajudei muito nessas articulações porque ele precisava muito trazer o segmento evangélico para o lado dele. E eu, infelizmente, Deputado, infelizmente, fui praticamente a pessoa que presenciou o apoio do Bispo Manoel Ferreira para essa coligação. Não fui só a que presenciou, fui a que, ao lado do Pastor Daniel de Castro, praticamente avalizou esse apoio.

E eu não posso me calar nesta tarde porque o Bispo Manoel Ferreira não pediu, Deputado Ricardo Vale, absolutamente nada para o Governador, os únicos pedidos que ele fez ao Governador foram que aquelas igrejas que havia anos precisavam ser regularizadas fossem regularizadas. Com toda essa política de discussão que está havendo no Distrito Federal, ele é governador, ele poderia fazer as discussões chamando o segmento evangélico para discutir com ele, mas ele nunca chamou.

A gente se depara então com a derrubada de uma igreja na Vila Planalto, na presença de um dos maiores líderes evangélicos, não daqui, mas do Brasil, que é o Presidente da Assembleia de Deus do Brasil. Só aqui ele tem quinhentas igrejas, uma das maiores do mundo. Ele foi desrespeitado por um agente, sei lá quem estava ali. Pasmé, Deputado Joe Valle, fui eu quem testemunhou esse acordo do apoio dessa grande igreja, que o ajudou muito no segundo turno. Se ele não tivesse esse apoio, você pode ter certeza de que o Jofran teria ganhado a eleição – se ele não tivesse tido o apoio dos evangélicos. Fui eu.

Aí a gente se depara com essa cena constrangedora, de um homem da idade que tem o nosso querido bispo Manoel Ferreira, do respeito que ele tem, ser desacatado por agentes públicos, e de a igreja que já estava lá há muitos anos – há vários anos, Deputado Wellington Luiz –, ser derrubada na avalanche, na grosseria que aconteceu.

Então, eu quero falar, como disse aqui o Deputado Delmasso... Deputado, eu não tenho nada, absolutamente nada contra pessoas que comungam de outra fé. Nós moramos num país laico, as pessoas precisam se respeitar. Mas se há uma coisa a que eu dou valor, e para mim é a única coisa que um homem ou uma mulher pública pode ter, é a palavra, Deputado Wasny de Roure. E esse Governador não tem palavra, ele não honra a palavra que deu. Ele deu a palavra ao bispo Manoel Ferreira – eu estava na frente, o pastor Daniel de Castro também –, sobre a regularização dessas áreas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

que há muitos anos haviam sido doadas. Muitas delas não foram devidamente catalogadas pela Terracap.

Tudo acontece nesse formato aqui no Distrito Federal. Para todo mundo, Deputado Wasny de Roure, pode tudo. Eu acho que pode, sim. Um Estado pode promover políticas para todos, mas para todos mesmo, inclusive para nós cristãos. Inclusive para nós que somos cristãos! Não é promover política só para quem não é cristão. O que é isso? Que Estado laico é esse? Faz três anos que não se consegue ajudar nenhuma grande festa religiosa, seja católica, seja evangélica, mas para festa, para essas porcarias que esse governo faz, não falta dinheiro. Não falta para esse tanto de lixo que eles chamam de cultura.

Então, Sr. Presidente, eu acredito que está na hora, sim, de esta Casa se manifestar. A gente tem colegas do parlamento federal cobrando do nosso Governador aqui! E mesmo quem não é evangélico, porque hoje é uma igreja evangélica, amanhã, Deputado Joe Valle, é uma igreja católica, é um centro espírita. Não dá para acontecer isso num Estado Democrático de Direito, sem uma notificação, sem uma decisão. Sem sequer uma notificação! E o líder que está lá ser quase derrubado, como aconteceu com o bispo Manoel Ferreira.

Então, eu quero deixar aqui meu ato de repulsa. Estou pedindo todas as informações sobre essa derrubada. Nosso gabinete está procedendo a todos os requerimentos, para que possamos realmente averiguar o que aconteceu.

Se esse cara, que neste momento eu chamo de canalha, porque não cumpre nem os acordos que tem com um dos homens mais respeitados do Brasil, se ele não cumpre, eu faço questão de trazer a este plenário, porque eu estava lá. E eu não estava sozinha; estávamos eu e o pastor Daniel de Castro, que era do PMDB.

Ao Daniel de Castro, inclusive, o Governador Rollemberg disse: "Não, eu quero lhe fazer Deputado Distrital, vou chamar alguém do PMDB". Não foi o bispo que pediu para ele, não. Foi ele que ofereceu, naquele momento. Ele sequer se movimentou. Acho que tinha medo, sabe, Deputado Rafael Prudente, de convidar alguém do PMDB e de ficar parecendo que o PMDB estava na Base. Talvez, se vocês estivessem em alguma secretaria, esse governo não estivesse cadavérico, morto, despreparado como está.

Para terminar a minha fala hoje, Deputado Joe Valle, se V.Exas. pegarem o nosso Diário Oficial, vão perceber que o Governador já desbloqueou todos os cargos comissionados de várias regiões administrativas. Ou seja, aquele esforço que os Deputados Distritais fizeram aqui para desbloquear os fundos de recurso era para aumentar os cargos comissionados? Era para isso? Foi para isso que V.Exas. sofreram aí na mão dos presidentes de sindicatos? Foi para isso? Essa é que é a nova política? Para colocar os cabos eleitorais deles diante dos bloqueios que existiam?

Não sou eu que estou falando, não, Deputado. Está lá no Diário Oficial: todos os cargos que estavam bloqueados já foram desbloqueados e já começaram a ser

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				31	

loteados. Para quem, para os cabos eleitorais? Ele acha que vai ganhar a eleição desse jeito?

É uma lástima esse governo. Além de mentiroso como é, pernicioso como é, não respeita ninguém e não merece também o nosso respeito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de comentar a posição da Deputada Celina Leão, que eu respeito muito. É uma Deputada brilhante. Eu, às vezes, reclamo que a Oposição é extremamente qualificada – Deputado Wasny de Roure, V.Exa., Deputada Celina Leão, dois ex-Presidentes, um Vice-Presidente, Deputado Raimundo Ribeiro. Há muita gente boa na Oposição. O governo poderia trazer pelo menos uns dois ou três para diminuir esse fardo de todo dia ficar fazendo a defesa aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – A Base só tem craque, mas eu não vou ficar... O Deputado Cláudio Abrantes também.

Sr. Presidente, eu apresentei um projeto do governo pelo qual a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal deveria ser descentralizada. A Agefis ficava nas administrações. Quando uniram isso, a Agefis ficou sem controle. Sem controle que eu digo é, por exemplo, derrubar igreja. Não há quem consiga defender isso, nem Líder de Governo defende.

Eu propus ao governo que a Agefis deveria ser descentralizada para as administrações regionais, que fosse feito um decreto criando um conselho de preservação da cidade, do qual fizessem parte o pastor, o padre, os representantes da sociedade civil, como os comerciantes, e que chamassem o comandante da Polícia Militar e o administrador, que tem que ficar rodando a cidade o tempo todo, e estabelecessem um critério: "Olha, administrador, se for colocada uma parede em algum lugar que não seja permitido, você perde a sua função, você é exonerado." E, ao mesmo tempo, o conselho de preservação da cidade envolveria e socializaria essa responsabilidade que a Agefis assume. Principalmente porque o desgaste do governo é muito grande. Não há governo que controle toda a sua máquina até a ponta.

Então, criariam os conselhos de preservação da cidade, definiriam a responsabilidade para o administrador e para a Polícia Militar, e essas pessoas que têm que estar rodando em todas as ruas e em todos os cantos de cada cidade, a exemplo do Recanto das Emas – que está bem apadrinhada pela Deputada Telma Rufino –, seriam policiais militares e servidores da administração fiscalizando dia e noite. Exemplo: O cara botou o madeirite em algum lugar, o sujeito chegaria e tiraria. Acabaria o problema de invasão. Fortaleceria a fiscalização, porque a Agefis tem um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	32		

papel regimental, mas não deixaria o poder na mão de uma pessoa só, de uma estrutura só. Às vezes, esse poder está sendo exagerado, as pessoas chegam de maneira agressiva, não diplomata. Agora caiu esse problema de notificação.

Isso é muito importante. Além de combater as invasões, das quais por trás há muitos grileiros ganhando muito dinheiro – depois que levam o dinheiro, deixam a população à deriva lá para sofrer as agruras dos órgãos de fiscalização –, resolveria esse problema, quebrando esse poder monolítico que existe e, ao mesmo tempo, o resultado seria outro. Eu venho defendendo isso. O pessoal da Agefis não gosta. Eu acho que não mexeria na estrutura, mas ao mesmo tempo socializaria, e o governo não seria desgastado dessa maneira. O reflexo de tudo isso é essa queda, é derrubar uma igreja.

Eu quero parabenizar a Deputada Celina Leão, mas também quero discordar de S.Exa. em alguns aspectos que ela colocou sobre o Governador. Eu acho que um governo que sai do limite prudencial, quando praticamente todas as unidades da Federação estão nesse limite, que consegue reduzir gasto, organizar, mesmo com sacrifício pessoal e político, a gente tem que reconhecer o mérito. É isso, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O problema é que esse sacrifício inclui o calote que ele tem dado inclusive nos servidores públicos.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde o início das discussões do PLC nº 122, de 2017, o vulgo PLC do espanto, como alguns da imprensa denominaram, que tinha como objetivo acabar com o regime capitalizado de previdência dos servidores, aumentando ainda mais o déficit previdenciário nos próximos anos – pois esse será o grande resultado desse processo –, defendi se tratar de um mero projeto de financiamento eleitoral do Governador Rollemberg.

Jamais afirmei que os recursos subtraídos do regime capitalizado seriam utilizados de forma diversa do pagamento de aposentadorias e pensões do regime financeiro, mas sempre defendi que, por um simples artifício orçamentário, por meio de movimentação entre fontes de orçamento, o governo poderia destinar recursos que poderiam suprir o déficit do regime financeiro para despesa diversa.

E foi exatamente isso que aconteceu com o primeiro projeto de lei encaminhado a esta Casa após a aprovação do PLC do espanto. O Governador Rollemberg encaminhou à Câmara, por meio da Mensagem nº 261/2017 – GAG, projeto de lei que destina quase 25 milhões para novas despesas de publicidade. E não é mera publicidade, a publicidade institucional é simplesmente menos de 10%, portanto mais de 90% são meros programas publicitários do governo.

O governo procedeu nesse projeto de crédito e procederá em outros diversos momentos a um verdadeiro banho de fonte orçamentária, comprovando meu ponto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	33		

de vista. A manobra orçamentária é possível, pois o financiamento do regime de previdência do DF está sendo integralmente custeado com recursos do próprio servidor.

Os cancelamentos propostos no projeto que acaba de chegar à Câmara não precisam mais ser destinados a cobrir o regime de previdência, permitindo assim que o Governador Rollemberg tenha gordura para gastança de seu projeto eleitoral.

O projeto de crédito é duplamente nefasto, pois cancela recursos de áreas meritórias para a sociedade e para nossos servidores, a exemplo de recursos para capacitação de servidores e manutenção de redes pluviais.

Nesse sentido, reafirmo mais uma vez minha posição de que o PL do espanto serviu apenas como instrumento de financiamento da campanha eleitoral, comprovado pelos projetos de crédito protocolado nesta Casa. Reafirmo de forma incondicional continuar minha luta em defesa do servidor e de seu patrimônio construído ao longo dos anos no hoje chamado Fundo de Previdência.

Complemento dizendo que não há dúvida de que é necessário um grande esforço por parte do Estado para fazer frente a esse cenário do Fundo Financeiro de Previdência, ou seja, há um montante expressivo, como foi recentemente dimensionado, de 67 milhões/mês, que foi o nível do déficit apontado nas contas do próprio governo.

Portanto, Sr. Presidente, são essas colocações que eu gostaria de trazer, ainda rememorando a votação histórica aqui nesta Casa.

Mas eu queria ainda, Sr. Presidente, alertar sobre dois aspectos com os quais o nosso mandato se defrontou nessas duas últimas semanas. O primeiro deles, a notificação que a empresa Furnas fez aos moradores na Expansão de Samambaia, ali próximo à ligação entre a expansão de Samambaia do período do Roriz, e, depois, a do período do Arruda, as chamadas quadras 800 e 1000. Onde mais de 70 famílias foram notificadas por Furnas para ser feita a remoção.

Infelizmente, o Presidente da Codhab cancelou a audiência, prevista para amanhã, para darmos tratamento nessa questão para ver se é possível encontrar uma saída para a população hoje residente naquela localidade.

Tem sido notória a intensidade das chuvas, têm sido notórias aquelas fatalidades nas últimas chuvas que ocorreram no Sudeste, com várias vítimas. Inclusive aqui, na região da Cidade Ocidental, onde tivemos algumas vítimas de raio.

Portanto, será responsabilidade do Governo do Distrito Federal, diante das omissões que faz exatamente com a população mais carente, que merece respeito por parte da fiscalização e que merece respeito para serem acomodados em local em que o risco não seja visível e perceptível.

Eu alerto o governo. Isso é responsabilidade do governo, que não pode desconhecer uma população que está embaixo de uma rede elétrica com possibilidade

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	34		

de fatalidade, a exemplo da própria empresa Furnas, que notificou a população. Além deles, o próprio governo tem que ser notificado pela empresa para que o governo, com as suas equipes constituídas, possa trabalhar.

A segunda área de risco, também visitada por nós na última quinta-feira na cidade de Planaltina – e o Deputado Cláudio Abrantes conhece perfeitamente –, que é a do Atoleiro, onde existe um solo hidromórfico, um solo que quando vem a chuva há uma capilaridade quase simultânea em que há uma elevação do volume de água e, conseqüentemente, as fezes e outras condições sanitárias deterioram ainda mais. Portanto, é necessária a atenção do governo com essa população que hoje gira em torno de 250 a 300 famílias ali na região do Atoleiro.

Eu peço a atenção do governo. Eu iria no dia de amanhã notificar o Diretor Presidente da Codhab, Dr. Gilson, sobre essa outra realidade. Mas eu farei ainda essa semana, na forma de um ofício, com fotografias e tudo o mais, para que o governo tenha noção da magnitude do que representa a provocação de acidentes de grande impacto na população. Não é porque é uma população pobre que ela não mereça atenção por parte das autoridades, porque diante de fatalidades o governo, com certeza, responderá politicamente diante daquilo que tem sido advertido já por n vezes.

Quero concluir minha fala nessa fala que a Deputada Celina Leão fez reportando um vídeo. Na realidade, foi um vídeo da Assembleia de Deus, convenção Madureira, do Bispo Manuel Ferreira, em que ele gravou um vídeo em que presenciou a demolição das instalações da Assembleia de Deus ali.

A Bruna fez um comentário, Deputado Chico Leite, respondendo que essa construção é nova. Naturalmente, a Agefis trabalha com fotografias aéreas de satélite. Exatamente, Deputado Chico Leite, por trabalhar com esse instrumental, tem mais do que nunca a responsabilidade, em fase de construção, de notificar a igreja e evitar uma situação dessa. Eu fico admirado com o fato de esperarem consolidar uma construção, para depois a demolir. Se a mesma autoridade mostra aquilo, também deve ter omitido, porque já tinha conhecimento disso.

Eu queria alertar as autoridades, queria que elas não esperassem, no início de qualquer construção, o sistema de fotografia por satélite lhes dar um instrumento de notificação, para evitar prejuízos maiores. De fato, parece que a Assembleia de Deus ocupa a área há muitos anos. Todos sabem que a Assembleia de Deus naquela área não é passível de licitação, está lá porque já estava desde a origem da Vila Planalto. É necessário sentar, conversar, encontrar saídas. Nunca a demolição de uma igreja é a melhor saída para encontrar explicações para esse problema.

Portanto, eu quero aqui pedir às autoridades do Distrito Federal que provem, através do diálogo, através do entendimento, através da identificação, porque, Deputado Wellington Luiz, pela via satélite não se sabe o que está acontecendo dentro da construção de uma tapera modesta. Pode ser que na construção modesta já

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

existisse uma igreja, e essa igreja tivesse melhorado suas condições de instalação. Caberia o quê? Caberia às autoridades sentarem e dialogarem com as lideranças da igreja para verificar se caberia ou não caberia.

Realmente a Deputada Celina Leão está coberta de razão. Essa é uma situação em que o Estado impôs uma humilhação a uma liderança de grande expressão no segmento evangélico. É lamentável que utilize desse recurso como forma de impor a autoridade do Estado no seu papel fiscalizador. Cabe, sim, ao Estado, em se tratando de uma instituição que tem princípios, tem valores, encontrar uma saída para o problema, e não o tratar na base de tratores demolindo por demolir. Fica aí essa gravação que realmente impôs um estado de humilhação a uma liderança que tem uma história neste País.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Sou o último inscrito a falar. Logo depois vamos votar.

Passo a Presidência à Deputada Celina Leão para que eu possa fazer o pronunciamento nos Comunicados de Parlamentares.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos mais uma vez.

O que foi dito aqui pelo Deputado Wasny de Roure resume tudo que está acontecendo no Distrito Federal. Deputado Wasny de Roure, aquela área foi cedida à igreja há quarenta e nove anos. Mesmo que a construção não seja tão antiga, carecia de um cuidado maior por parte das autoridades do Distrito Federal. O que a Agefis fez reflete o sentimento do governo. Se ele não quisesse, aquela psicopata chamada Bruna, que está à frente da Agefis, não teria dado a ordem de derrubar. Não se derruba uma igreja como aquela, Deputada Celina Leão, com o número de fiéis e a representatividade que tem, se não houvesse a ordem do Governador. Essa é a dinâmica deste governo! Esse governo veio para destruir, não para construir, isso fica claro.

Nessa mesma esteira, o Deputado Cláudio Abrantes foi extremamente feliz quando lembrou da má-fé. É um governo eivado de má-fé, porque tratou de votar com toda a celeridade o Projeto de Lei Complementar nº 122. Nós avisamos no Colégio de Líderes que estávamos saindo do limite prudencial, o governo sabia disso. O que ele não queria é que suas mentiras fossem descobertas, porque se essa votação fosse hoje, não caberia mais o argumento de que não tinha dinheiro para pagar os salários. Era isso, Deputado.

Como é uma prática deste governo, é uma característica dele a mentira, tivemos que votar, e esta Casa se curvou. Lamento dizer isso. Eu avisei no Colégio de Líderes que estávamos saindo do limite prudencial. O que se necessitava naquele

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	36		

momento era prudência, não se poderia ignorar uma informação como aquela, mas fizemos ouvidos de mercador. O que o governo queria não era resolver o problema da Previdência, muito menos o dos servidores públicos. Ele estava preocupado em encher a burra de dinheiro, e assim o fez, achando que com isso vai resolver a questão da sua reeleição. Não vai, Sr. Governador, porque o senhor e o seu secretário têm um problema chamado incompetência, e isso não há quem resolva. Não há! Mostram aí claramente as derrubadas de igrejas.

Eu quero ver ele melhorar o índice de popularidade, Deputado Agaciel Maia, mesmo tendo um Líder de Governo brilhante como V.Exa. V.Exa. vai trabalhar muito. V.Exa. é muito bom mesmo, habilidoso, jeitoso, só está no governo errado. Eu vou fazer de tudo para que V.Exa. venha para a oposição.

Infelizmente nós assistimos novamente a uma maldade, ou seja, duas. Uma foi mentir para a população, sabendo que estava saindo do limite prudencial; a outra foi permitir que uma igreja fosse ao chão sem o menor respeito. Muitos e muitos evangélicos estavam ali nos seus finais de semana para amenizar os sofrimentos impostos por este governo. Esse será o legado que este governo deixará ao Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao encerrar os Comunicados de Parlamentares, há um crédito muito importante. Eu queria falar aos Deputados que estão na Casa que esse projeto tem mais de 100 emendas de autoria dos Parlamentares. Se não conseguirmos votá-lo hoje, vamos ter grande dificuldade de executar. São apenas remanejamentos necessários, e a destinação é feita pelos próprios Deputados.

Portanto, faço um apelo aos colegas que estão em outras dependências, Sr. Presidente, e peço a V.Exa. que faça uma chamada, motivando-os a comparecerem para que possamos votá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Vou me irmanar ao Deputado Agaciel Maia e solicitar aos Parlamentares que se encontram na Casa que venham ao plenário, até porque essa proposta é de interesse de praticamente todos os Deputados.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				37	

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que, se puder, colocasse em votação o item nº 83. Como não tenho nenhum veto a ser derrubado, eu gostaria que fosse votado o item nº 83 porque amanhã haverá uma grande homenagem e gostaríamos de estar com esse projeto de lei votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. e solicito à assessoria que adote as devidas providências.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Consulto os líderes para saber se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 63, relativos aos vetos, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos à apreciação das matérias.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		DATA: 03/10/2017
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS	1	
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT		1
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB		1
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS		1
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			16	8

QUÓRUM	
16	PRESENTES
8	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Estão presentes 16 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.048, de 2017, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "requer a dispensa da publicação da redação final do Projeto de Lei nº 1.723/17, para votação imediata da redação final".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado em turno único com a presença de 16 Deputados.

Item nº 69:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.723, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais)".

Tramitação concluída.

Foram apresentadas 69 emendas de plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.723, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais)".

Sr. Presidente, trata-se apenas de emendas que fazem remanejamento. Não há nenhuma alteração orçamentária significativa. São 191 emendas de parlamentares que estão fazendo ajuste de acordo com suas necessidades. O parlamentar tem essa prerrogativa regimental.

A matéria toda está de acordo com o art. 64 do nosso Regimento Interno, que dá competência à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para examinar e dar parecer. Portanto, sou pela admissibilidade e aprovação das referidas emendas, ressalvados os destaques, pois um Parlamentar retirou algumas. Eu queria fazer essa ressalva.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	39		

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno, ressaltados os destaques apresentados. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 Deputados.

Destaques de emendas. Foram apresentados os destaques das Emendas nºs 24, 37, 90, 94 e 117.

Consulto os líderes se há acordo para votar as emendas destacadas em bloco. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, coloco em votação as emendas destacadas.

Discussão e votação das Emendas nºs 24, 37, 90, 94 e 117 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.723, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais)”.

Em discussão as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas estão rejeitadas com a presença de 16 Deputados.

Consulto os líderes se há acordo para votar os requerimentos e moções em bloco pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, passaremos à apreciação, em bloco, dos requerimentos e moções.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				40	

Item nº 98:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 728, de 2017, de autoria do Deputado Lira, que “manifesta repúdio à nova Assembleia Constituinte na Venezuela implementada pelo Presidente Nicolás Maduro e sugere sanções econômicas ao regime venezuelano”.

Item nº 99:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 798, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “manifesta repúdio à decisão do Juiz Federal Waldemar Cláudio de Carvalho, que liberou psicólogos a tratarem a população LGTB como doentes, podendo fazer terapias de ‘reversão sexual’”.

Item nº 100:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 805, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento de louvor e aplauso ao Dr. Amado Pereira, Delegado Chefe da DCA II/DF, neste momento em que se aposenta, pelo excelente e criterioso trabalho onde se destacou pela dedicação e zelo durante 37 anos de serviço público, sendo 06 anos como Delegado Chefe da DCA II”.

Item nº 101:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 806, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento de louvor e aplauso aos delegados, escrivães e agentes de polícia da Polícia Civil do Distrito Federal pela dedicação, pelo zelo e pelos excelentes e criteriosos trabalhos realizados à frente da DCA II, servindo de referência para todo Brasil”.

Item nº 102:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 807, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “manifesta reconhecimento de louvor e aplauso aos delegados, escrivães e agentes de Polícia da Polícia Civil do Distrito Federal pela prisão de Nilson Roger da Silva de Freitas, Vulgo 'Roger do Jacarezinho', foragido da justiça do Rio de Janeiro desde 2010, líder do tráfico de drogas do Morro do Jacarezinho e integrante do Comando Vermelho, em conjunto com a Polícia do Estado do Rio de Janeiro”.

Item nº 103:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 808, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta Moção de Pesar pelo falecimento da jornalista e radialista Lúcia Garófalo, diretora-presidente da *Brasília Super Rádio FM*”.

Item nº 104:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 809, de 2017, de autoria dos Deputados Julio Cesar e Delmasso, que “manifesta repúdio à produção e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	41		

lançamento do desenho denominado 'Big Mouth', série original da Netflix, com lançamento previsto para o dia 29/09/2017, que retrata jovens personagens se envolvendo em atividades sexuais. O desenho animado expõe pornografia infantil e promove a pedofilia e a desconstrução familiar”.

Item nº 105:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 810, de 2017, de autoria dos Deputados Julio Cesar e Delmasso, que “manifesta repúdio à Netflix pela exibição do trailer da série original 'Big Mouth', bem como pelo seu lançamento em 29 de setembro de 2017”.

Item nº 106:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 811, de 2017, de autoria dos Deputados Julio Cesar e Delmasso, que “manifesta repúdio ao canal pago HBO pela exibição da animação de conteúdo adulto Festa da Salsicha”.

Item nº 107:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.810, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a retirada do Projeto de Decreto Legislativo nº 169/16”.

Item nº 108:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.989, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 23 de outubro de 2017, às 15h, para debater a criação do Serviço de Verificação de Óbitos no Distrito Federal”.

Item nº 109:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.997, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que “requer a realização de audiência pública para discutir a situação do Alcoolismo Entre Jovens e Adolescentes no Distrito Federal, no dia 23 de outubro de 2018, às 19h, no plenário desta Casa”.

Item nº 110:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.021, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública para debater a situação dos moradores do Núcleo Rural Capoeira do Bálsamo, localizado na Região Administrativa do Lago Norte”.

Item nº 111:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.025, de 2017, de autoria dos Deputados Wasny de Roure e Telma Rufino, que “requer a realização de audiência pública para debater a situação dos moradores do Núcleo Rural Capoeira do Bálsamo, localizado na Região Administrativa do Lago Norte”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 812, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e homenageia Fabiana Ferreira de Souza, campeã brasileira de Taekwondo, e Andreison Siqueira Gomes, professor e técnico".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 813, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e homenageia Lana Cristina Diniz Miranda, Rayana Meireles Servare, Diego Henrique Diniz Miranda e Renan Vinícius Mota Aquino, atletas de futevôlei".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 814, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 815, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e Deputado Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os profissionais da saúde e demais pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal na temática da dislexia".

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir destaque dos itens nºs 104, 105, 106 e 98.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PODEMOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir o destaque dos itens nºs 98 e 99.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado Delmasso.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03	10	2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				43	

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que, no item nº 98, que trata da Moção nº 728, votemos o destaque, porque já está passando do tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado. Vamos colocar logo isso em votação. Os favoráveis votam “sim” e os contrários votam “não”.

DEPUTADO LIRA – Quem for a favor vota “sim”. A minha orientação aqui para os colegas que não suportam mais o massacre lá na Venezuela é para votarem “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok, Deputado.

Item nº 98:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 728, de 2017, de autoria do Deputado Lira, que “manifesta repúdio à nova Assembleia Constituinte na Venezuela implementada pelo Presidente Nicolás Maduro e sugere sanções econômicas ao regime venezuelano”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando a moção; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



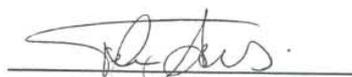
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

DATA: 03/10/2017

MOÇÃO Nº	728/2017
AUTORIA:	DEPUTADO LIRA
	TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE			1			
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO			1			
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS			1			
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB			1			
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT		1				
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT				1		
RESULTADO			9	3	5	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADA	
9	VOTOS SIM
3	VOTOS NÃO
5	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 9 votos favoráveis, 3 votos contrários e 5 abstenções. Houve 7 ausências.

Está aprovada a moção.

É o bloco de Oposição, Deputado Lira, que V.Exa. tanto maltrata.

Item nº 99:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 798, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “manifesta repúdio à decisão do Juiz Federal Waldemar Claudio de Carvalho, que liberou psicólogos a tratarem a população LGBT como doentes, podendo fazer terapias de 'reversão sexual’”.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, para eu poder me inteirar, é uma moção...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Farei a leitura novamente:

Item nº 99:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 798, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “manifesta repúdio à decisão do Juiz Federal Waldemar Cláudio de Carvalho, que liberou psicólogos a tratarem a população LGTB como doentes, podendo fazer terapias de reversão sexual”.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para discutir.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Deputado Ricardo Vale, se me permitem, eu gostaria de fazer essa discussão, mas com a atenção de V.Exas.

Quando surgiu essa notícia no jornal, eu tratei de cuidar, de olhar qual foi a decisão efetivamente. Na verdade, essa moção se torna, se me permite a análise, inócua, Deputado, porque a decisão do juiz não é nesse sentido. Não a decisão do juiz eu li. Fiz questão de analisar. O que ele permite é que o profissional da Psicologia não seja impedido de exercer a sua função. E isso estava acontecendo por outra decisão oriunda do Conselho de Psicologia.

Então, em momento algum, o juiz discute essa questão de mérito que foi colocada. Por isso, eu acho que cabe o esclarecimento. Eu fiz questão de ler, mas não foi simplesmente a leitura. Eu li, analisei e busquei os fundamentos. Realmente, em momento algum, ele entra nessa questão de mérito. Ele apenas garante ao profissional da Psicologia o direito de atender os seus clientes. Mal comparando, é a mesma coisa de eu ser um advogado. Eu sou advogado e, de repente, aparece no meu escritório um cliente que queria fazer caguetagem, que alguns apelidam de delação premiada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	45		

O juiz vai me proibir? Não. Quem me proíbe de atender o meu cliente sou eu. O juiz não tem que entrar nesse mérito. Efetivamente, nesse caso específico, ele não entrou nesse mérito. Apenas à guisa de esclarecimento, Deputado Ricardo Vale.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Continua em discussão.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Delmasso. Depois eu queria solicitar aos Deputados que a gente concluísse a votação do crédito sob pena de esvaziar o plenário, o *quorum*, e a gente acabar não votando. Passarei a palavra ao Deputado Delmasso, depois ao Deputado Ricardo Vale. Em seguida, retornarei à votação.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para colocar um pouco do histórico dos fatos. Essa decisão, Deputado Ricardo Vale, nobres Deputados, foi uma ação impetrada por uma psicóloga do Paraná, porque ela teve, Deputado Cláudio Abrantes, o registro cassado por atender a uma pessoa, um cliente que era homossexual. Ela acabou sendo denunciada pelo movimento, e o Conselho Regional de Psicologia cassou o registro dela. Então, ela entrou com a ação na justiça. A decisão se refere a isso. Aí a decisão referiu que os psicólogos não teriam seu registro cassado para fazerem atendimentos de pessoas que gostariam, que fizeram essa opção sexual, de ser atendidos por esses para tentar reverter a sua decisão.

Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Delmasso, pelos esclarecimentos.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Raimundo Ribeiro, no mérito, o que esse juiz quis possibilitar é que psicólogos tratem homossexuais como doentes, que eles possam atender a homossexuais como doentes. E vários órgãos internacionais, o próprio Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde dizem que o homossexual não é doente. Por isso foi um equívoco desse juiz e ele foi extremamente criticado por essa decisão que tomou de querer permitir que os psicólogos tratem os homossexuais como doentes por serem homossexuais. É por isso que a gente apresentou essa moção de repúdio: porque homossexuais não são doentes. Se um homossexual se sentir um doente, ele que vá lá e procure um psicólogo. Essa é uma opção de foro íntimo.

O juiz não precisava ter feito isso, tanto é que ele foi extremamente criticado, inclusive pela própria OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – e outros órgãos no País. Então, eu queria pedir aos nobres Deputados, em respeito à comunidade LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros –, em respeito à

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 10 2017	15h	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

dignidade da pessoa humana e em respeito à orientação sexual que cada um tem, que a gente aprove essa moção de repúdio com relação à decisão do juiz.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Atendendo à solicitação de V.Exas., esta Presidência extremamente democrática coloca o item em votação simbólica.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 14 Deputados. Houve 2 votos contrários: Deputado Delmasso e Deputado Raimundo Ribeiro.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Presidente, se me permite, eu só gostaria de esclarecer que o meu voto não tem a ver com o mérito da causa. O meu voto tem a ver com o teor da decisão judicial, que, no meu entendimento, apenas garante ao profissional, quando procurado pelo cliente, oferecer os seus trabalhos de psicologia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Raimundo Ribeiro, juridicamente, eu tenho o mesmo entendimento de V.Exa. Também acho que, no mérito, não foi isso que o juiz quis manifestar, mas eu já tinha dado a minha palavra ao Deputado Ricardo Vale com relação a essa manifestação; embora, porém, juridicamente, eu tenha o mesmo entendimento de V.Exa. Não foi essa a intenção do juiz quando proferiu a sentença.

Convocação:

De acordo com a apresentação do Requerimento nº 3.049, de 2017, convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após essa sessão ordinária, para discussão e votação do Item nº 1, que trata da discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.723, de 2017, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais)”, e de demais itens da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h48min.)